

**Requerimento Nº \_\_\_\_\_/2011**  
**(Da Sr<sup>a</sup>. Deputada JANETE CAPIBERIBE)**

*Requer que esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias dê conhecimento ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Instituto Brasileiro de meio Ambiente – IBAMA – e peça providências à violação dos direitos humanos e da legislação ambiental sistemática nos municípios do Sul do Estado do Amazonas.*

Senhor Presidente;

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, *que esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias dê conhecimento ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Instituto Brasileiro de meio Ambiente – IBAMA – e peça providências à violação dos direitos humanos e da legislação ambiental sistemática nos municípios do sul da Amazônia, no município de Lábrea – AM – e arredores, conforme informações anexas em notícias publicadas no site “apublica.org” e Justificação abaixo.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Desde 2007, sete pessoas foram mortas por denunciarem os crimes ambientais e de propriedade da terra no município de Lábrea, no sul do Amazonas.

O último crime foi contra a trabalhadora Dinhana Nink, assassinada na frente de filho de seis anos, dia 30 de março, em Rondônia. Antes, ela registrara Boletim de Ocorrência na delegacia de Extrema (Rondônia), dando

nome e sobrenome das pessoas que lhe agrediram fisicamente, incendiaram sua casa e lhe ameaçaram de morte. Um mês depois do seu assassinato, nenhum suspeito está preso.

Semana passada, a Força de Segurança Nacional decidiu deixar o local por que teria descoberto uma emboscada dos madeireiros para matar a líder camponesa Nilcilene Miguel de Lima e a escolta que a protege. A líder rural teve que abandonar sua casa e sua família, levada pela Força Nacional para um local mantido em sigilo.

Cerca de 800 famílias de lavradores, seringueiros e catadores de castanha do programa Terra Legal ou moradores dos assentamentos Gedeão e o Curuquetê – cujo líder Adelino Ramos foi assassinado em 2001 – seguem ameaçadas em seus lotes, junto com a floresta, vítimas da retirada ilegal de madeira, da grilagem de terras e da ausência do Estado brasileiro.

A organização Anistia Internacional tornou mundialmente conhecido o caso e pediu que o Ministério da Justiça e o Governo do Estado do Amazonas tomem providências para reprimir a violação aos direitos fundamentais das pessoas e de cumprimento da legislação ambiental naquela região.

É urgente que esta Casa conheça e cobre ação dos entes públicos para a garantia dos direitos daquelas populações de produzirem e viverem com dignidade e para o cumprimento irrestrito da legislação ambiental que se impõe a todo o conjunto da sociedade brasileira.

Sala de Sessões, 02 de Maio de 2012.

**Deputada Federal JANETE CAPIBERIBE – PSB/AP**

## **Força Nacional recebe ameaça e recua do sul do Amazonas**

<http://apublica.org/2012/04/forca-nacional-recebe-ameaca-recua-sul-amazonas/>

Escolta retira a líder rural que protegia e se retira do local do conflito ao descobrir plano de emboscada. Anistia Internacional lança campanha pedindo medidas urgentes

Depois de passar cinco meses protegendo Nilcilene Miguel de Lima, a equipe da Força de Segurança Nacional se retirou da região do conflito entre madeireiros e lavradores no município de Lábrea, ao sul do Amazonas. A líder rural Nilcilene, ameaçada de morte por denunciar o desmatamento, foi retirada de sua casa por sua escolta e levada para local mantido em sigilo pela força policial do governo federal.

A decisão foi tomada depois que as ameaças se voltaram contra a própria Força Nacional. “Eles descobriram que os pistoleiros estavam armando uma emboscada para matar Nilcilene e os policiais da escolta”, diz Francisneide Lourenço, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas. Desde que foi removida de sua casa, Nilcilene perdeu contato com as famílias de sua comunidade, que também estão recebendo ameaças, e não pode dar entrevistas.

Em resposta ao recuo das forças do governo, a Anistia Internacional lançou uma “ação urgente” pedindo providências imediatas ao Ministério da Justiça e governo do Amazonas ([leia o texto da ação aqui – em inglês](#)). A ação é uma campanha internacional que convida os milhares de membros da Anistia no mundo todo a escrever cartas ao governo brasileiro.

A Anistia pede que o governo federal aja para coibir as atividades ilegais de desmatamento e grilagem de terra na região, de modo a preservar a atividade extrativista da população local. E reivindica uma unidade de polícia permanente para o sul de Lábrea e, também, que as ameaças e agressões feitas contra a comunidade sejam investigadas.

“Temos notado que, para o governo, é muito bonito colocar um grupo da Força Nacional por alguns meses no local do conflito. Mas isso não muda nada”, diz Tim Cahill, da Anistia Internacional. “Os crimes devem ser investigados e o local precisa de proteção imediata e permanente”.

Há cerca de 800 famílias vivendo no sul de Lábrea, onde não há energia, telefone ou delegacia. São lavradores, seringueiros e catadores de castanha cadastrados no programa Terra Legal ou moradores dos assentamentos Gedeão e o Curuquetê – cujo líder Adelino Ramos foi assassinado em 2011.

A reportagem de Pública fez uma série de reportagens sobre a violência na região em março desse ano. Uma delas revela que, em pelo menos outras duas ocasiões, o governo federal recuou quando confrontado pelo poder local. Uma funcionária federal já foi agredida pelos pistoleiros e duas coordenadoras de órgãos fundiários sofreram ameaças de morte.

## **Crime sem castigo**

Desde 2007, sete pessoas foram mortas no sul de Lábrea. Todas estavam denunciando os madeireiros e grileiros, mas nenhuma investigação levou a um culpado. O último crime foi contra a trabalhadora Dinhana Nink, 27, assassinada na frente de seu filho de 6 anos no dia 30 de março, em Rondônia.

Dinhana denunciava pessoas ligadas aos madeireiros locais. Antes do crime, ela registrou Boletim de Ocorrência na delegacia de Extrema (Rondônia), dando nome e sobrenome das pessoas que lhe agrediram fisicamente, incendiaram sua casa e lhe ameaçaram de morte.

Quase um mês depois de sua morte, ninguém foi preso. Em ofício enviado à Ouvidoria Agrária Nacional, o delegado de Extrema diz que está “empenhando os esforços possíveis dentro das possibilidades desta delegacia para obtenção de elementos acerca das circunstâncias e autoria do homicídio”.

Procurado pela reportagem, o policial responsável pelo caso, Charles Buton, não pode responder pois estava em Porto Velho consertando uma viatura. A reportagem foi informada de que o delegado também não poderia atender pois o expediente da delegacia encerra às 14 horas.

# Trabalhadora próxima à líder escoltada é assassinada em Rondônia

<http://apublica.org/2012/04/forca-nacional-recebe-ameaca-recua-sul-amazonas/>

Dinhana Nink deu entrevista sobre a quadrilha dois meses antes de sua morte. Ameaçadas, outras famílias da comunidade tiveram que fugir

Dois meses depois de dar entrevista à Pública, Dinhana Nink, 27 anos, foi assassinada em Rondônia. Seguindo a líder rural Nilcilene Miguel de Lima, que tem escolta da Força Nacional por denunciar os madeireiros, a reportagem colheu diversos relatos sobre os pistoleiros da região que saqueiam, agridem e matam os lavradores locais. Dinhana foi uma das poucas entrevistadas que denunciou a quadrilha sem medo de mostrar o rosto:

“Bote meu nome aí, eu vou falar sim. Eles mandaram calar a boca, mas eu não calo. Vou ter a coragem da Nilce e denunciar quem me ameaça”, disse.

Em resposta à sua coragem, Dinhana foi assassinada com uma bala no peito na madrugada da última sexta, dia 30. O crime aconteceu na frente de seu filho de 6 anos, Tiago. O pai de Dinhana, primeiro a chegar depois do crime, encontrou Tiago limpando o sangue do rosto da mãe. Dinhana deixou mais dois filhos, um de sete e outro de dez anos.

Apesar da cara de valente, sua condição já era frágil na época da entrevista, em janeiro. Tiago brincava ao lado da mãe, no chão da sala. Eles estavam morando de favor em vila Nova Califórnia (Rondônia) desde que sua casa foi queimada em um incêndio criminoso em novembro. Por precaução, a reportagem não usou o nome e a foto de Dinhana. Essa é a primeira vez que sua história é publicada.

Na entrevista, Dinhana falou sobre ameaças que recebia desde que desafiou um homem ligado à quadrilha de pistoleiros que toma conta da região. Ela morava no assentamento Gedeão, município de Lábrea, sul do Amazonas. Sem nenhuma estrutura de policiamento, o lugar é destino de madeireiros ilegais, que contratam pistoleiros para garantir que ninguém impeça o roubo de madeira.

Leia mais: [Nilcilene, com escolta e colete à prova de balas: “eles vão me matar”](#)

Desde que a líder Nilcilene ganhou escolta da Força Nacional, diversas famílias próximas a ela estão sendo ameaçadas de morte. Algumas tiveram que fugir para não ter o mesmo destino de Dinhana. É uma forma de deixar a líder isolada.

Dinhana não tinha envolvimento com a associação. Queria apenas tocar a vida e proteger seu negócio, um pequeno bar e mercearia dentro do assentamento.

Mas ela sabia demais. Enquanto trabalhava, ouvia conversas sobre as atividades das madeireiras. “O povo bebia e falava”, ela disse à Pública. “Tem muita gente lá que vive de madeira. Serra de dia, e tira de noite. Eles dizem que tem que ter cuidado na hora de entrar com o caminhão de noite. Se a polícia pega, não pode prejudicar os donos. Se pegar, não pode de jeito nenhum falar quem era o dono da madeira”.

Sua morte está relacionada à força do crime organizado que se formou na região, graças ao comércio ilegal de madeira combinado com a ausência do Estado. Dinhana se meteu com a pessoa errada e decidiu denunciar as agressões, em um local onde a polícia não age. Pagou com a vida.

Tudo começou em novembro, quando um de seus clientes no bar, Jheferson Arraia Silva, bebeu demais e começou a provocar briga. Ela pediu que fosse embora, ele ficou agressivo. Dinhana não era mulher de ficar calada. Apanhou, mas também bateu. Depois registrou tudo na polícia.

“Eles não gostaram que eu fui na polícia e, na semana seguinte, a mãe dele começou a mandar recado”, Dinhana disse. Suzy Arraia Silva, mãe de Jheferson, é citada em diversos relatos dos pequenos produtores rurais da região pela proximidade com a quadrilha. “Ela dizia que não ia ficar em branco, que ia queimar minha casa, que ia ter vingança”.

Assustada, Dinhana decidiu mudar para Nova Califórnia, a vila mais próxima, já no estado de Rondônia. Mas, enquanto procurava lugar para ficar, sua casa e bar no assentamento foram queimados, com tudo dentro. “Ficou tudo no chão, preto, queimado. O freezer ficou miudinho. Minha dor maior foi ver os meninos revirando as cinzas. Eles foram catando coisas para levar embora. Mas eu não deixei, tava tudo queimado”.



Dinhana procurou a Força Nacional. “Eles disseram que só podem proteger a Nilce, me indicaram a polícia. Fui no posto da PM de Nova Califórnia, eles disseram que não podem fazer nada porque são de Rondônia e lá é Amazonas”.

No Boletim de Ocorrência registrado na Polícia Civil de Rondônia, ela fala das ameaças. Segundo o documento, Suzy “teria dito que iria eliminar três pessoas da localidade”. Dinhana era uma delas. Mas a polícia nada fez sobre o caso.

Em entrevista, o sargento Fábio Cabral de Lima, do posto de Nova Califórnia, disse ter recebido mais de 20 registros de ameaças de morte da área do assentamento Gedeão só no último ano. “Nós estamos de mãos atadas em relação a tudo que acontece lá porque não é jurisdição de Rondônia”, disse.

“Esse grupo manda na região. Eles cometem crimes, perseguem e difamam quem os denuncia”, diz Neide Lourenço, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas. “Enquanto o Estado não se fizer presente e colocar um posto policial, o crime vai continuar ditando a ordem”.

A CPT se preocupa ainda com o fim da escolta para Nilcilene. No final de abril, a Força Nacional deve se retirar do local e deixar de escoltar a líder. Como nada foi feito para levar policiamento ao local, se o contrato da escolta não for renovado, Nilcilene vai ter que fugir. “Se a Força sair, eu e o meu marido temos que sair primeiro. Se nós ficar, antes de morrer, ainda vamos ser torturados”, diz.